

DOI: <https://doi.org/10.30749/2594-8261.v6n1p207-217>

DIFERENÇA NO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: TENSIONANDO GÊNERO E SEXUALIDADE A PARTIR DOS DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO DA BNCC?

DIFFERENCE IN THE EARLY CHILDHOOD EDUCATION CURRICULUM: IS IT POSSIBLE TO TENSION GENDER AND SEXUALITY BASED ON BNCC'S LEARNING AND DEVELOPMENT RIGHTS?

**Lorraine de Andrade B. Faria Gonçalves¹
Catarina de Cassia Moreira²**

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar e tensionar caminhos possíveis para (re)pensar as questões de gênero e sexualidade no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a partir dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento da Educação Infantil: conviver, expressar e conhecer-se. Lançamos olhares sobre a ideia de comum, o que não só remete ao título do documento, mas também permeia todo o texto da BNCC. Observamos a produção do apagamento da diferença sob o pretexto da igualdade de oportunidade para todas as crianças do Brasil. Estabelecemos diálogos com autores da teoria da diferença, do currículo e dos estudos da infância, e argumentamos que é necessário ao movimento de (trans)ver a BNCC, utilizando lentes e ferramentas que proporcionem a mobilização deste documento mantendo a diferença em evidência nas relações e práticas escolares na Educação Infantil.

Palavras-chave: Currículo. Diferença. Gênero. Sexualidade. Educação Infantil.

Abstract: This article aims to identify and tensioning possible ways to (re)think gender and sexuality issues in the text of the Common National Curriculum Base (BNCC, 2017), based on the rights of learning and development of Early Childhood Education: coexist, express and know yourself. We look at the idea of common,

¹ Professora do Setor de Educação Infantil do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Projeto de Pesquisa e Extensão Currículo em Movimento na Educação Infantil (CEIMOV-UFRJ).

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Projeto de Pesquisa e Extensão Currículo em Movimento na Educação Infantil (CEIMOV-UFRJ).

which not only refers to the title of the document, but also permeates the entire text of the BNCC. We observe the production of the erasure of difference under the pretext of equality of opportunity for all children in Brazil. We established a dialogue with authors from the theory of difference, curriculum and childhood studies, and we argue that the movement to (trans)see the BNCC is necessary, using lenses and tools that provide the mobilization of this document, keeping the difference in evidence in the relationships and school practices in early childhood education.

Keywords: Curriculum. Difference. Gender. Sexuality. Childhood Education.

Recebido em: 21/10/2021

Aceito para publicação em: 30/11/2021

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo identificar e tensionar caminhos possíveis para (re)pensar a diferença no texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). Especificamente abordaremos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento previstos para o trabalho com o segmento da Educação Infantil. Inspiradas na teoria da diferença³, daremos enfoque às discussões sobre as questões de gênero e sexualidade como categorias principais deste trabalho. Delimitamos de antemão, que o nosso movimento não se trata da tentativa de encontrar uma esperança cega de um futuro melhor onde todos sejam iguais, mas na esperança de um futuro que resguarde as diferenças como forma de (re)existir no mundo.

A partir de uma série de experiências como professoras do módulo “A diferença como mote para pensar o currículo”, do curso de extensão intitulado, “Currículo na Educação Infantil: (des)caminhos possíveis entre as Diretrizes Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular?”, oferecido pelo Projeto de Pesquisa e Extensão *Currículo em Movimento na Educação Infantil* (CEIMOV-UFRJ), vinculado ao Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde o ano de 2019. Tomamos como base, as discussões sobre a BNCC (2017) gestadas ao longo da extensão, os recortes do texto da política, e as possíveis brechas e tensionamentos a respeito dela. O curso, no início do segundo semestre de 2021, completou sua terceira edição, e objetivou fomentar o diálogo com os documentos regulatórios nacionais da Educação Infantil (DCNEI, 2010;

³A teoria da diferença é uma corrente de pensamento pautada pelos filósofos Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault e Jacques Derrida. Além destes autores, a escrita deste artigo também está profundamente envolvida com muitos estudos que se desenvolveram a partir das teorizações feministas (Judith Butler), do campo do currículo (Marlucy Paraíso; Thiago Ranniery; Marcia Serra Ferreira) e dos estudos sobre a infância (Anete Abramowicz).

BNCC, 2017). Em conjunto com docentes que atuam nas redes municipais e federais que trabalham com este segmento, estabelecemos relações com as temáticas que versam sobre as questões da educação inclusiva; da diferença; das questões étnico-raciais; da leitura e escrita, com foco no trabalho com a infância.

Assim, entendemos o currículo como processo e produto das relações educacionais que são vivenciadas dentro e fora da escola. Por tanto, o currículo é composto pelas organizações e elaborações dos espaços e tempos escolares, pelas formas como professores, crianças e famílias se relacionam, pelo que é reconhecido como conhecimento a ser aprendido e compartilhado (PARAÍSO, 2010), evidenciando as disputas que o envolvem.

Na Base Nacional Comum Curricular, a busca incessante por igualdade de direitos e acesso aos bens culturais, produzem apagamentos das diferenças, uma vez que a igualdade torna-se, também, um discurso que visa homogeneizar corpos e modos de se relacionar com o mundo e com o outro. Ao produzir o *comum*, a BNCC parte do pressuposto de que é possível determinar tempos e formas de aprender que unificam tanto a realização do trabalho docente, quanto às formas de aprendizado por parte das crianças.

Pretendemos explicitar nossa crítica em relação a um documento que se arvora a ideia de compor um *comum* unificado e hegemônico que determina corpos, sujeitos e maneiras de pensar e fazer a docência. Quando falamos em diferenças, não estamos atribuindo-a a um determinado sujeito que é diferente do outro, mas as diferenças que envolvem as relações de gênero, classe, raça, que interpelam a vida, a ação e as relações na escola. Tal diferença está presente na singularidade dos sujeitos e prescinde da possibilidade de estabelecer um referente que sirva para comparações.

Longe de propor respostas, nosso movimento será o de perguntar, questionar sobre quais maneiras podemos, a partir do documento, encontrar (des)caminhos possíveis para mobilizar junto às crianças, docentes e famílias as questões de

gênero e sexualidade no cotidiano das instituições de Educação Infantil. Na segunda seção (2) do texto, apresentaremos o contexto de produção da BNCC (2017). Em seguida, na subseção (2.1), tensionaremos os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, tendo como parâmetro a teoria da diferença e as questões de gênero e sexualidade. E na terceira seção (3), contingencialmente, concluiremos nossos entendimentos sobre este currículo nacional de caráter mandatório.

2 RETALHANDO A BNCC

Reconhecemos - mesmo que circunstancialmente – que, apesar das controvérsias políticas que envolvem a legitimidade da BNCC, sua obrigatoriedade como documento regulatório nacional da educação, é nítida e objetiva. Há, decerto, muitos anseios sobre um documento que visa basicamente criar a ideia de um “comum curricular” para um país de diferenças culturais múltiplas como o Brasil. Mobilizando uma primeira pergunta a partir de uma caricatura tão utilizada na educação, questionamos: é possível uma “receita de bolo” ser seguida à risca em todo território nacional?

Dadas as críticas tecidas inicialmente no texto, entendemos que professoras(es) são constantemente instadas(os) a utilizar nos seus planejamentos escolares os códigos atrelados aos objetivos de trabalho para cada faixa etária presentes na BNCC. Tais descritores viabilizam a produção de materiais didáticos, movimentando o mercado editorial com foco na Educação Infantil e apagam as possibilidades de experiências que surgem da relação entre as crianças, professoras(es), famílias e o espaço escolar.

Neste artigo, assim como fazemos no curso, tensionamos os modos com os quais podemos nos utilizar da BNCC para tratar das questões que envolvem os debates sobre gênero e sexualidade na Educação Infantil, tendo como recorte a parte do documento que se refere aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Entendendo que a discussão sobre “sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se despir” (LOURO, 2014, p. 85). Nossas intenções neste texto, contrariam as mobilizações de apagamento da diferença que atravessaram a produção da BNCC (2017), bem como movimentos que visam extinguir essas discussões, a exemplo do Escola sem Partido e outras legislações por todo Brasil, conforme observamos ao longo dos diálogos com as docentes cursistas da extensão mencionada anteriormente.

A BNCC (2017), assim como outras políticas curriculares nacionais, estipula em seu documento escrito, os contextos de influência globais e locais (BALL; BOWE; GOLD, 1992), que fundamentam as propostas. Segundo o texto da política analisada, alguns marcos legais a embasam, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), a Constituição Cidadã (1988), a Lei nº 13.005/2014 que promulga o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Lei nº 13.415/2017 que altera a LDB (1996). Há um outro marco legal, o qual fundamenta a BNCC (2017), que abre algumas possibilidades sobre o trabalho pedagógico com a diferença, trata-se das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNEI, 2010), promulgada pelo Conselho Nacional de Educação (2010). Segundo o nono artigo da DCNEI (2010, p. 03), a escola deverá garantir que o atendimento ao estudante deve considerar os aspectos como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”. Ao longo dos artigos específicos da Educação Infantil, as DCNEI (2010) reiteram a importância de resguardar as diferenças e singularidades no trabalho com as crianças pequenas.

2.1 Gênero e sexualidade: (trans)vendo os direitos de aprendizagem e desenvolvimento da BNCC

Uma vez que a Base Nacional Comum Curricular (2017) é um documento de caráter obrigatório e que precisa ser mobilizado pelas redes de ensino, nossa proposta é olhar para sua estrutura e seu texto pensando como podemos problematizá-la e utilizá-la a nosso favor, a partir de perguntas que podem fomentar aberturas para olharmos os excertos selecionados.

O documento estabelece em seu texto seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: a) conviver; b) brincar; c) participar; d) explorar; e) expressar; f) conhecer-se. Estes direitos em conjunto, pretendem assegurar condições na Educação Infantil, para que as crianças desempenhem um papel ativo na sociedade, sejam capazes de resolver problemas, de vivenciar desafios, e que obtenham a capacidade de significar a si, os outros e o mundo. Conforme apontamos anteriormente, é preciso estarmos atentas(os) para que os discursos de capacitismo e desenvolvimento não apaguem as diferenças com o intuito de homogeneizar oportunidades sob o discurso da igualdade.

Selecionamos três dos direitos anunciados pelo documento, que remontam a ideia que fomentamos ao longo deste artigo: a possibilidade do trabalho pedagógico com a diferença. O primeiro direito que nos interessa é o de **conviver**, para a BNCC (2017, p. 38) “conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas”.

Sabemos que a partir de suas brincadeiras, as crianças remontam parte de seus cotidianos, atribuindo significado àquilo que vivenciam. Através destas ações, as crianças explicitam os diferentes contextos familiares, as culturas nas quais estão inseridas e as formas como as pessoas ocupam, diferencialmente, os espaços e as relações sociais. Assim, garantir o direito de **conviver** implica em possibilitar que através das interações e da brincadeira a criança possa produzir o conhecimento de si e do mundo.

Ao pensarmos nas brincadeiras de casinha, muito comuns na Educação Infantil, podemos observar as crianças de diferentes gêneros fazendo comidinhas e cuidando das bonecas. Apesar de reconhecermos que ainda há sobrecarga para a mulher no contexto de cuidado com a casa e os filhos, precisamos reconhecer também que alguns arranjos familiares contam apenas com a figura paterna para a realização destes cuidados, enquanto outras já estabelecem uma divisão do trabalho doméstico entre os adultos. Então, cabe-nos questionar: será que é possível pensarmos que apenas as mulheres fazem comida em casa? Apenas elas cuidam dos bebês e crianças?

E as brincadeiras de carrinho? Ultimamente temos observado muito mais mulheres ocupando espaços de trabalho em que a direção de veículos é fundamental. Com a situação econômica vivida em nosso país em decorrência da pandemia do coronavírus e de ações governamentais, o uso de aplicativos de transporte e entrega de alimentos passou a ser a base financeira de algumas famílias. Muitas mulheres passaram a ocupar as funções de motoristas e entregadoras, fora as mulheres que já trabalhavam nas conduções dos transportes públicos e de carga por todo país. Pensando em contextos sociais como esses, cabe dizer que carrinho é coisa de menino?

O segundo direito, **expressar**, propõe que a criança possa estar nas relações “como sujeito dialógico, criativo e sensível, [expressando] suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens” (BNCC, 2017, p. 38).

Na Educação Infantil, as crianças inventam muitas hipóteses sobre seu próprio corpo, analisando suas funções, mas também o modo como podem se apresentar ao mundo. A partir de diferentes descobertas e questionamentos, as crianças elaboram suas posições no grupo em que convivem. O processo de criação de narrativas a partir das brincadeiras, das histórias e dos tradicionais brinquedos cantados oferecem às crianças a possibilidade de experimentar diferentes papéis

sociais, vivenciando diversas emoções e sentimentos. Viver a experiência de se tornar "uma bruxa má, muito má", ou mesmo um doce e "linda rosa juvenil", ou quem sabe ser "um belo rei", proporciona às crianças a possibilidade de transitar entre estes diferentes papéis, que dizem não apenas de posições de gênero, mas também de meios de lidar com os sentimentos e as emoções que são expressas através do olhar, das falas e da dança. Nesse sentido, perguntamos: até que ponto temos deixado que as crianças se expressem através das brincadeiras e das interações com os outros sem que nós, professoras(es), determinemos seus papéis? Será que nossas intervenções, mesmo que sutis, ou como um convite a viver outros personagens, já não indicam para as crianças com quais gêneros elas devem se identificar?

O terceiro direito de aprendizagem, o **conhecer-se**, propõe a criança a elaboração de "sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário" (BNCC, 2017, p. 38).

No direito de conhecer-se, além de buscarmos caminhos para pensar gênero e sexualidade, também podemos buscar possibilidades para pensarmos as questões de raça e classe. Dado que temos entendido que o espaço e sua organização também compõem parte fundamental do currículo, gostaríamos de pensar: quais imagens temos disponibilizado para as crianças nos murais? Será que elas mostram pessoas de diferentes etnias? Será que elas marcam papéis sociais delimitados por gênero ou possibilitam a percepção das diferentes ações que são realizadas por homens e mulheres? Será que os brinquedos e livros de literatura que disponibilizamos para as crianças evidenciam as diferenças étnicas e de gênero de formas positivas e potentes?

As imagens que disponibilizamos para as crianças, as maneiras como tratamos as famílias e os demais funcionários que atuam na escola, ensinam às

crianças distintas formas de lidar com as pessoas, suas culturas e as diferentes maneiras como elas se fazem presentes no contexto social escolar. As relações estabelecidas viabilizam que a criança e os demais agentes que compõem este espaço se sintam, ou não, parte de um grupo.

3 CONCLUSÃO

As brechas e lentes sobre a BNCC, aqui exploradas, nada mais são do que traquejos - um aglomerado de práticas e experiências - sobre um documento normativo. E esses traquejos podem nos permitir habitar o centro e as margens da normatividade, fazendo dela uma outra coisa. Para além de pensarmos “vamos ignorar o documento” - como se assim pudéssemos fazer - há decerto a emergência de reinventarmos e remontarmos aquilo que nos é “imposto” discursivamente.

Ao olharmos para a Educação Infantil, percebemos que as diferenças estão postas. Crianças e adultos de diversas classes, etnias e gêneros compõem a escola dando vida aos corpos, espaços e currículos. Não somos nós quem fazemos a diferença aparecer, ela está lá, mas, muitas vezes, podemos forçá-la ao apagamento. Destacamos que os modos pelos quais tensionamos o texto da política, a fim de encontrar brechas, mesmo a partir de um documento que força o apagamento da diferença sob o discurso de igualdade e de um comum que homogeniza corpos e sujeitos, faz com que a diferença possa permanecer em evidência.

Se os documentos só ganham vida ao passo que são mobilizados nos contextos aos quais se direcionam, o que fizemos aqui foi chacoalhar um pouco com a pressuposição fundante deste documento que visa promover uma igualdade que invisibiliza a diferença. A partir de um olhar para os direitos de aprendizagem e desenvolvimento selecionados, tensionamos principalmente as questões de gênero e sexualidade, mas que também são interpeladas pelas questões de raça e classe.

Fomentamos perguntas que nos ajudam a sair do lugar comum que homogeneiza, em direção a um espaço compartilhado que garante a possibilidade de viver com a diferença. Acreditamos, na contramão de uma Base Nacional Comum Curricular que pretende determinar idades, tempos e modos de fazer, que é mais importante possibilitar aberturas, (des)caminhos, perguntas e questões do que uma forma única de estabelecer relações na Educação Infantil. Deixamos aqui o convite a todas, todes e todos que se interessam, a mobilizarem mais perguntas do que respostas, sobre a diferença no currículo da Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

PARÁISO, M. A. Diferença no currículo. *In: Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 140, p. 587- 604, maio/ago. 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n140/a1440140.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021